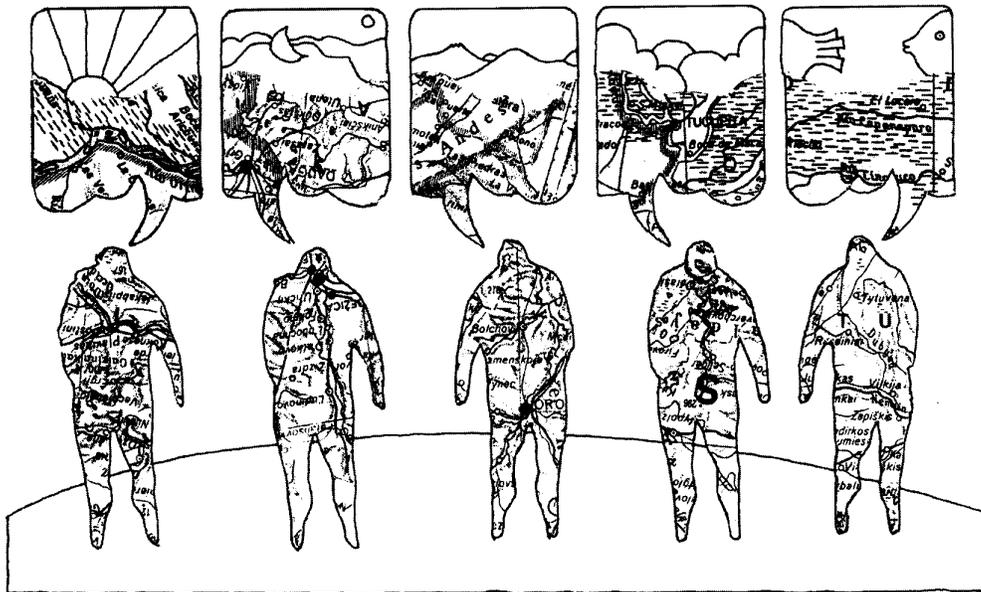


Serviços urbanos e perspectivas concretas de criação de trabalho em Recife:

em busca da integração dos pobres e do desenvolvimento socioespacial

Cláudio Jorge Moura de Castilho*



Palabras chave:
Serviços, Mercado de Trabalho, Desenvolvimento Socioespacial

Recibido: 28-07-03
Aprobado: 15-10-03

* Prof. Adjunto do PPGG/UFPE.

sección especial

RESUMO

Este artigo busca destacar algumas das relações construídas entre as atividades ligadas aos serviços e o mercado de trabalho em Recife/Brasil, na perspectiva da concretização do desenvolvimento socioespacial dos pobres. Os serviços têm crescido muito durante os últimos doze anos, suscitando, de modo generalizado, a compreensão de que essas atividades representam a oportunidade mediante a qual se pode conseguir um trabalho ou mesmo uma ocupação, na busca da mobilidade socioespacial do grande contingente de desocupados num mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por outro lado, as elites locais, calcadas em ações (compensatórias?) de fomento à inclusão social (mediante a sua qualificação para o trabalho), tentam difundir a idéia de que o desenvolvimento está sendo encorajado. Mas, na realidade, devido às condições sócio-econômicas e territoriais cotidianas vividas pela maioria dos pobres, este desenvolvimento socioespacial nunca acontecerá. Por isso é que devemos pensar em outra política urbana para o trabalho na cidade, ou seja, uma política que realmente promova o desenvolvimento socioespacial de todos.

ABSTRACT

This article focuses on the relationship between service activities and work market in Recife/Brazil, searching for social and spatial development. Service activities have increased a lot during the last twelve years; moreover, these activities have been understood by society as an opportunity to find a work and/or an occupation, searching for their social and spatial mobility. On the other hand, the local elites promote the idea of spatial and social development based on spatial actions in the city, in order to create the illusion of development; but the social and spatial development never happens due to local developing conditions. That's why we have to think in another urban policy for working in the city; conditions *sine qua non* it cannot promote the development.

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

Considerações iniciais

Procura-se analisar, neste texto, o papel dos serviços no processo de geração de trabalho e renda, como possibilidade (concreta) de promoção do desenvolvimento socioespacial, numa metrópole de região subdesenvolvida. Uma das condições para esse desenvolvimento, não a única vale lembrar, acha-se justamente na capacidade que possuem essas atividades de aumentar o número de postos de trabalho, mediante os quais os indivíduos dos grupos sociais, aqui se destacando o dos pobres¹, podem conseguir a sua efetiva integração socioespacial; na perspectiva e na busca do seu efetivo desenvolvimento socioespacial.

Tal perspectiva, presente no discurso das elites político-econômicas locais, constituídas por homens políticos e empresários, sempre desempenhou um papel importante no sentido de fazer com que os diversos grupos sociais existentes acreditassem, mediante a criação de imagens positivas da/na cidade, que eles também teriam condições efetivas de integrarem-se ao espaço urbano; o que se fez necessário sobretudo em contextos históricos de crises econômicas.

O Estado no Brasil, muitas vezes, voltou-se para o crescimento econômico nacional com o intuito de fazer do nosso país uma das grandes potências econômicas mundiais, deixando de lado e mesmo negligenciando as questões sociais –dentre as quais destacamos aquela que diz respeito à integração dos brasileiros ao mercado de trabalho– tratando-as apenas com medidas pontuais, assistenciais e clientelistas. Por outro lado, a ausência de

um Estado social e o desmonte do Estado desenvolvimentista, promovido pelo já citado avanço do projeto neoliberal de sociedade, dificultam a construção de mecanismos de integração socioespacial dentre os quais destacamos o acúmulo de capitais material e sociocultural, ao longo da história de vida de cada indivíduo.

As mudanças econômicas globais, cujos elementos essenciais se apresentam mediante ações que induzem a intensificação da flexibilização e da precarização no mercado de trabalho têm contribuído sobretudo para dificultar as chances reais de integração socioespacial daqueles indivíduos; isso num contexto permanente de subdesenvolvimento regional que não usufruiu das benesses do fordismo-keynesianismo (Harvey, 1989) no período 1930-1973 e ao qual se justapõem as implicações socioespaciais do que Bourdieu (1998) chama “invasão neoliberal”.

Dessa maneira, se por um lado o desejo de encontrar um posto de trabalho na economia urbana (formal) se torna mais difícil de ser realizado, por outro a percepção dos efeitos da expansão / distribuição espacial dos serviços continua funcionando como mecanismo mantenedor da realidade existente. Situação esta que continua deixando margem à formulação de “fábulas”, discursos e representações socioespaciais que atenuam as iminentes tensões sociais inerentes a um modelo de desenvolvimento perverso e que, por conseguinte, mantêm a realidade existente (Castilho, 2000). Neste sentido, os serviços e a sua territorialização em pólos terciários têm apresentado uma ver-

¹ O grupo social dos pobres é constituído, na nossa pesquisa, pelo conjunto de indivíduos que, ganhando até dois salários mínimos mensalmente, não dispõem de serviços sociais de qualidade (saúde, educação, formação profissional, segurança, etc.) e que residem nos bairros mais carentes e precários do ponto de vista da prestação daqueles serviços, sofrendo assim um processo de espoliação urbana, bem como do funcionamento da infraestrutura urbana básica: saneamento, pavimentação de ruas, habitação. Daí porque estes se fazem prioridade no Orçamento Participativo local.

² *Continua-se portanto sofisticando o que Santos (1990) chama sistemas de ações deliberadas e estruturas de enquadramento sociocultural que ajudam a manter a realidade existente, fazendo com que, não obstante a concentração de toda uma problemática social no espaço metropolitano, a metrópole não explodiu. Deu-se como exemplo de fatores de enquadramento o consumo, a religião, os psicotrópicos e os movimentos ecológicos. Nós ainda acrescentaríamos a essa lista o assistencialismo, clientelismo político e as representações socioespaciais da perspectiva irreal do desenvolvimento.*

³ *Zancheti (1990) argumenta que, já desde o século XVI, Recife firma-se como um centro econômico regional com base na presença de quatro setores dentre os quais se destacam o comércio e os serviços, ao lado da pequena produção e da indústria mercantil; setores que também contribuíram sobremaneira para a dinâmica do seu espaço urbano.*

territórios 10-11

198

dadeira capacidade de articulação da sociedade em torno do discurso das elites locais². Diante do exposto, cabe indagar em que medida o crescimento, a expansão, a diversificação e a modernização dos serviços urbanos têm condições efetivas de engajar os indivíduos que se acham no “exército industrial de reserva” e/ou no “lumpem-proletariado”; desmascarando o mito do desenvolvimento pela dinâmica dos serviços urbanos, fundamentado no discurso único do neoliberalismo econômico. Mas ao mesmo tempo, mediante a perspectiva da “transdução” (Lefebvre, 1999), identificando possibilidades de mudanças na busca da construção concreta do desenvolvimento socioespacial.

Serviços urbanos/trabalho/espço e criação de perspectivas de integração socioespacial: fábula ou realidade?

Convém reforçar a idéia de que as relações dos serviços com o mercado de trabalho e o espaço sempre exerceram um papel muito importante no processo de construção do espaço urbano. Em Recife, isto se deu desde os primórdios da formação socio-territorial brasileira (Castilho, 1998). Centro de uma metrópole terciária, situada na região Nordeste do Brasil, Recife teve no comércio e na prestação de serviços o seu ponto mais forte, mediante o qual o seu papel de pólo econômico regional³ tem sido reforçado em cada contexto histórico específico.

A partir do século XVI, com a sua fundação, até o século XIX, o terciário –calçado

em atividades ligadas à administração, ao comércio e aos serviços– foi progressivamente conquistando um lugar importante na economia urbana local; o que foi intensificado notadamente com a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas”. O processo de crescimento industrial, ao longo do século XIX, a partir da lei Alves Branco (1844), e sobretudo com as medidas protecionistas durante as primeiras décadas do século XX fizeram de Recife um centro de produção industrial considerável e diversificado (Singer, 1977). Isto atrelado à ausência ainda da concorrência com as indústrias instaladas na região Sudeste do Brasil.

O crescimento industrial promoveu o engajamento de pessoas no setor produtivo, provocando o aumento do assalariamento e, por conseguinte, do mercado consumidor na cidade; o que certamente fez crescer também a demanda pelas atividades do comércio –atacadista e varejista–, da prestação de serviços – à produção, à distribuição, sociais e individuais conforme a classificação usada pelo Castells (1999).

No entanto, as elites dirigentes locais continuavam voltadas ora para as atividades agroexportadoras, ora para as industriais, na medida em que, para aqueles grupos sociais, somente estas atividades eram estratégicas para o seu crescimento econômico. Desde então, pelo menos em nível do imaginário social local, a indústria continuou a ser vista como atividade fator de trabalho e desenvolvimento até a segunda década do século XX.

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

As ações do Estado desenvolvimentista, mediante o papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, hoje Agência de Desenvolvimento do Nordeste/ADENE, também voltam-se mais para os setores produtivos; embora não possamos negligenciar os efeitos do crescimento desses setores para a expansão do terciário urbano.

Segundo a lei de zoneamento urbano de 1961, argumenta Bitoun (2000), as atividades industriais ainda eram consideradas como atividades essenciais ao desenvolvimento da cidade, os seus pontos fortes; o que justificava a preocupação no sentido da criação e gestão de distritos industriais na cidade.

Somente com a nova lei de zoneamento urbano de 1983, é que o comércio e os serviços passam a ser considerados como atividades essenciais ao crescimento econômico; o que não era à toa posto que já se vivia naquele período um processo de desindustrialização –desde os anos cinquenta–, bem como a crise do Estado em nível mundial e o crescimento do terciário, o qual continua forte nas grandes cidades. É a partir dos anos noventa do século XX que, juntos, o comércio (com 19,80%) e os serviços (com 48,57%) passam a ocupar quase 70% da População Economicamente Ativa/PEA em Recife; enquanto isso, o setor industrial ocupava apenas 12,63% desta PEA (Recife, 1997)⁴. Desse modo, não sem razão, foram aquelas duas primeiras atividades que passaram a assumir papéis importantes –real e virtual– nas políticas de crescimento/desenvolvimento urbano, re-

forçando a ilusão dos Planos Estratégicos que propunham, fundamentados em aspectos do empreendedorismo urbano (Harvey, 1989), a criação de cidades competitivas. Mas competitivas para quem? Para as empresas, para o capital.

Com efeito, entre os anos sessenta e setenta nos países desenvolvidos e nos anos oitenta e sobretudo noventa no Brasil,

a administração urbana orientou-se mais no sentido de prover um ‘bom clima de negócios’ e oferecer todos os tipos de atrativos para trazer capitais para a cidade [...] A tarefa da administração urbana consiste, em resumo, em atrair para seu espaço, uma produção altamente móvel e flexível e fluxos financeiros e de consumo (Harvey, 1996, p: 57).

No provimento desse “bom clima de negócios”, lembra-nos ARANTES (2002: p.27) de que:

A “fabricação de consensos” em torno do crescimento a qualquer preço - a essência mesma de toda localização - torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. Mas sobretudo, a fabulação de senso comum econômico, segundo o qual o crescimento enquanto tal faz chover empregos. (destaques da autora).

E essa “fabulação” acaba sendo aceita sem a compreensão de que, numa cidade onde persistem os entraves inerentes a um secular subdesenvolvimento socioespacial, muito ainda se deve fazer no sentido da concretização da integração socioespacial dos cidadãos num esforço simultâneo de conquista

⁴ De acordo com o último censo do IBGE (2000), o comércio passa a ocupar 18,99% da PEA e o setor industrial 8,58%, representando portanto uma queda com relação aos dados para 1997; ao passo que a ocupação no setor dos serviços atesta um significativo crescimento ao passar de 48,57% para 57,22% da População Economicamente Ativa, para o mesmo período.

⁵ O termo “pólo” ainda possui um significado importante para os poderes instituídos das elites conservadoras, na medida em que o utiliza como fábula na perspectiva de se criar imagens de que estão criando pólos de desenvolvimento, com base no setor terciário, através dos quais a sociedade poderá integrar-se à dinâmica urbana contemporânea.

do seu “direito à cidade”. Daí essas fórmulas de “planejamentos estratégicos” constituírem mais uma vez, no dizer de Maricato (2002), exemplos de idéias fora do lugar.

Não podemos também deixar de colocar que, como em muitos lugares que têm buscado a sua re-inserção na dinâmica econômica e espacial contemporânea, as alternativas para a construção de uma cidade estratégica gerencial em Recife tem-se dado, pelo menos até o ano de 2000 –quando ainda do período das administrações conservadoras–, de modo fugaz e incerto, consolidando um quadro vulnerável às incertezas da globalização perversa. Assim sendo,

a ênfase no turismo, na promoção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos. (Harvey, 1996:59)

Os serviços se fizeram cada vez mais presentes e visíveis no espaço urbano, seja de modo desconcentrado localizados nos principais lugares centrais da cidade e/ou área metropolitana, seja concentrados espacialmente formando os conhecidos “pólos terciários”⁵ urbanos a exemplo do Pólo Médico-Hospitalar, Pólo Comercial, Pólo de Lazer e Entretenimento, Pólo de Ensino Superior e Pesquisa e do Pólo de Turismo; mais recentemente, após a “febre do turismo como panacéia para o desenvolvimento” e, em nível sobretudo estadual, tenta-se vender a ima-

gem do Pólo Tecnológico, conhecido localmente como Porto Digital.

Essas atividades portanto, argumenta Vargas (2000:77), “devem ter lugar de destaque em qualquer política urbana que se pretende séria e eficaz no sentido do desenvolvimento urbano”. Mas não pensadas como única solução à resolução da problemática social a partir de mudanças em determinados pontos do espaço urbano e dos seus entornos. Só que a ação dos poderes públicos locais continuou, pelo menos até a gestão municipal conservadora que finda em 2000, estimulando a concentração dessas atividades em territórios previamente selecionados e negligenciando a complexidade do real; ações com base no território urbano que foram utilizadas mais para fins ideológicos no sentido da permanência do que no da mudança social. Com efeito,

una vez asumida la esencia inauténtica de estos entornos, entonces es posible recrear espacios hiperreales, simulaciones a escala 1:1 de otros espacios, de períodos históricos o de la propia imaginaria colectiva. Estas simulaciones son ofrecidas como una verdadera superación de la realidad [...] (Donaire, 1998:59)

A percepção e tentativa de controlar esta dinâmica ajudou as elites dirigentes locais a fortalecerem as suas propostas e os seus discursos político-administrativos –mediante estratégias de revitalização/turistificação de espaços, de promoção de eventos espacialmente localizados, etc.– no sentido da sua manutenção no poder. O restante/a maioria da sociedade, os pobres, por seu lado, compreendiam que a sua participação nesta

dinâmica socioespacial poderia levá-los a mudar de vida; criando perspectivas diversas de integração ao mercado de trabalho urbano local.

Por outro lado, a percepção dessas mudanças espaciais contribuiu para a criação de perspectivas de integração socioespacial até para os grupos sociais que sempre foram negligenciados nos planos estratégicos de desenvolvimento urbano. Pode-se também considerar o fato da experiência de vida de alguns dos seus familiares e conhecidos que conseguiram engajar-se formalmente no mercado de trabalho urbano, ainda que sob condições muito flexíveis e precárias de trabalho. Mas quantos conseguem integrar-se de fato? Quais as suas chances reais de integrar-se ao mercado de trabalho urbano? O que acontece com aqueles que não conseguem integrar-se a esse mercado? Não estariam eles mais uma vez sendo iludidos e manipulados pelas fábulas criadas pelas elites no poder, pelo discurso da integração calcado nos serviços e na “servicialização” de espaços?

Com efeito, concordamos com o Harvey (1996, p.51) quando ele diz que:

O conjunto de processos sociais que se dão no espaço [urbanização] produz inúmeros artefatos – uma forma construída, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados em uma configuração espacial distinta. A ação social subsequente tem que levar em conta tais artefatos na medida em que tantos processos sociais (tal como o deslocamento casa-trabalho) se tornam fisicamente interligados. A urbanização também configura certos arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder e similares.

Estes também dão à ‘cidade’ qualidades objetuais que podem dominar as práticas diárias e conduzir a uma cadeia de ações subsequentes. “E, finalmente, a consciência dos habitantes urbanos é afetada pelo conjunto de experiências do qual derivam percepções, leituras simbólicas e aspirações”. Em todos estes aspectos há uma contínua tensão entre forma e processo, entre sujeito e objeto, entre atividade e coisa. É tão tolo negar o papel e o poder de reificação, a capacidade das coisas que criamos de retornar a nós enquanto formas de dominação, como atribuir a tais coisas a capacidade para a ação social. (destaques nossos).

Nesse contexto, juntaram-se esforços em diversas cidades no sentido de promovê-la através do mecanismo do *city marketing* na dinâmica mundial a fim de captar recursos e investimentos e gerar trabalho e renda. Assim, os serviços ligados ao turismo, ao lazer, ao entretenimento, aos festivais e eventos, à tecnologia, à saúde e à educação, associados a melhorias do ambiente urbano e à promoção de um “bom clima de negócios”/”imaginário urbano atraente”, ganham força nas propostas dos planos estratégicos de desenvolvimento urbano com o fito de atrair uma produção altamente móvel e flexível, bem como fluxos financeiros e de consumo. Mas sem efeitos concretos para a maioria da sociedade, apesar de criarem representações socioespaciais que levam à prática de atitudes no sentido da integração socioespacial. (Castilho, 2000).

Inserção ao mercado de trabalho urbano e mudança social⁶

A partir da hipótese de que existem condições específicas –econômicas, pessoais, so-

⁶ Não queremos restringir a concretização da mudança social e, por conseguinte, o desenvolvimento socioespacial a simples inserção de indivíduos no mercado de trabalho. Muito pelo contrário, isto só pode limitar as reflexões sobre as ações sociais. O que queremos dizer aqui é que a integração socioespacial pode/deve ser um dos muitos caminhos existentes no processo complexo da mudança social.

⁷ Cabe distinguir os termos trabalho e ocupação. Enquanto o primeiro refere-se a uma ocupação permanente ou temporária que se exerce mediante contratação formal, carteira assinada e, às vezes, direitos sociais garantidos; a ocupação não requer tanto rigor podendo muitas vezes ser exercida mediante acordos verbais sem nenhum vínculo formal empregador-empregado.

ciais, culturais e territoriais— que influem na forma de integração/inserção ao mercado de trabalho urbano em Recife, podemos considerar diversas formas de relação dos indivíduos com as atividades urbanas em questão: os contratados e os não contratados; os contratados permanentes e os contratados temporários/sazonais; os trabalhadores no setor formal e os ocupados no setor informal, assim como aqueles que se acham na fronteira desses setores.

Entretanto, podemos adiantar que as chances concretas de integração socioespacial são muito restritas, em razão sobretudo da forte seletividade do/no espaço e, por conseguinte, do/no mercado de trabalho contemporâneo. Apenas os indivíduos que possuem um capital material e um capital sociocultural, acumulados durante a sua história de vida, conseguem de fato integrar-se a esse mercado, cabendo ao restante uma mínima inserção por meio de atividades informais e clandestinas (Castilho, 1999).

Para nós, o capital material compreende o montante de dinheiro que os indivíduos possuem, utilizando-o como recurso financeiro, para pagar a sua inscrição num curso de capacitação/qualificação profissional, comprar/adquirir material de estudo, custear passagens de ônibus a fim de frequentar o curso que escolhem, comprar algumas roupas para ficarem mais apresentáveis diante dos seus colegas etc. Ao passo que o capital sociocultural é o conjunto dos conhecimentos adquiridos na escola, entre outros espaços sociais de referência, mediante os quais eles conseguem uma vaga num

dos cursos oferecidos pelas instituições competentes, o portar-se/apresentar-se em lugares públicos, bem como as suas relações sociais —familiares e de amizade com pessoas “integradas”— tecidas no curso da história de vida de cada um.

Ambos, constituem portanto mecanismos essenciais sem os quais não se consegue um emprego no mercado de trabalho urbano contemporâneo. Se antes já era difícil encontrar um trabalho⁷ em razão das condições incipientes ao subdesenvolvimento regional, hoje, com a aceleração da “globalização perversa” (Santos, 2000), as chances de obtê-lo tornam-se cada vez mais difíceis; mas não impossíveis, convém-nos dizer. É dura a trajetória percorrida pelos indivíduos mais desprovidos daqueles capitais, na busca da sua integração e mesmo inserção no mercado de trabalho urbano.

Ao Estado, não adianta portanto fazer crescer as atividades econômicas e estimular a sua territorialização revitalizando espaços urbanos e estimulando a formação de pólos terciários, se não se estabelecem ações no sentido da integração efetiva da sociedade local. Em vez de agir no sentido de promover o acesso às condições concretas de integração socioespacial, o Estado brasileiro sempre promoveu ações tópicas, pontuais, assistenciais e clientelistas.

O processo de integração do contingente de pessoas que chegavam em Recife durante o *boom* do êxodo rural (anos cuarenta, cinquenta e sessenta do século XX), sempre foi tímido, sem a proteção de um Estado social; todavia, em razão do seu desejo de integração ao urbano, aquele contingente

continua a lutar na busca de melhores condições de vida.

O próprio fato de se instalarem em Recife, onde existia, em comparação com as demais cidades pernambucanas, um número maior e mais diversificado de atividades e postos de trabalho, já indicava a superação de uma etapa no sentido da sua integração. Posteriormente, a inserção de parte dessas pessoas, ocupando pequenos postos de trabalho nos setores secundário e terciário constitui outra etapa visando a sua integração socioespacial; mas um número grande de pessoas continuava sem qualificação para integrar-se à economia formal, engrossando, por seu lado o setor informal da economia urbana, sempre em processo de crescimento⁸.

Ao longo dos anos cinquenta/sessenta Recife conhece, argumentam Cézár (1985) e Castilho (1992), um processo de organização socioterritorial de moradores em seus bairros, que se articulam politicamente com o executivo municipal a fim de reivindicarem equipamentos urbanos e serviços sociais, diversificando as suas táticas de lutas por melhores condições de vida, enfim para a conquista do seu “direito à cidade”.

O golpe militar de 1964 interrompe esse processo de organização social que se vinha gestando em Recife, reinstalando práticas autoritárias, conservadoras e opacas de gestão urbana as quais se voltam mais para obras de infra-estrutura urbana com vistas à concretização do que Lefebvre (1999) chama “cidade industrial”; negligenciando portanto o bem-estar social dos homens. Daí o forte crescimento da pobreza e da informalidade, consolidando o processo de pro-

dução de um espaço cada vez mais desigual e segregado.

No curso do processo da distensão/abertura política, ao final dos anos setenta e início dos oitenta, o Estado brasileiro, em razão da sua crise econômico-financeira e política, não conseguia mais manter a ordem autoritária estabelecida a partir de 1964, lançando mão de experiências de gestão assistencialistas e populistas com o intuito de manter a sua legitimidade, fazendo também uso do discurso da descentralização político-administrativa do poder. Neste período aceleram-se as preocupações com a inserção –não com a integração⁹– de pessoas a fim de fazer-lhes crer, pelo menos em nível do discurso político-ideológico, que seria desta vez que o bolo preparado durante o período do “milagre econômico” seria finalmente dividido.

Algumas instituições financeiras internacionais como o BM e o BIRD financiam projetos de intervenção urbana em bairros pobres da cidade. Uma parte desses investimentos volta-se para melhorias em equipamentos coletivos urbanos e outra parte é enfim investida em programas de qualificação de pessoas –ou capacitação para o exercício de atividades efêmeras/sazonais– com potencial de serem inseridas em ocupações remuneradoras. Com esta finalidade, mas por meio de soluções tópicas, o Estado brasileiro institui cursos “profissionalizantes” destinados à produção de artigos mediante os quais aqueles indivíduos pudessem conseguir algum ganho a fim de sobreviverem num mercado cada vez mais competitivo e seletivo. A criação das Unidades Produtivas Comunitárias/UPC em áreas pobres constituem os pontos

⁸ De acordo com pesquisa da PNAD/IBGE, em 1990, 48,9% da população da Região Metropolitana do Recife/RMR é considerada pobre, achando-se, na sua maioria, inserida na economia urbana local pelo setor informal. Essa realidade agravou-se ainda mais na medida em que, em 2001, 67,7% dos ocupados na RMR estavam na faixa de até 2 salários mínimos. (DIEESE-PED/RMR, 2001)

⁹ Também temos que esclarecer o uso aqui dos termos inserção e integração. O primeiro refere-se à mera entrada dos indivíduos no mercado de trabalho, sem nenhum vínculo com o mesmo, mediante a qual o máximo que conseguem é garantir a manutenção da sua própria pessoa e da sua família; ao passo que a integração vai além da inserção no mercado de trabalho, havendo mesmo uma situação de inclusão social do indivíduo. É mediante a sua integração que os indivíduos podem almejar a sua mobilidade socioespacial (Castilho, 1999); daí falarmos em integração socioespacial. Porém, há várias formas de integração, em razão do tipo e do grau dos capitais material e sociocultural de cada trabalhador.

de referência mais visíveis do discurso do Estado no sentido aqui colocado.

As UPCs –espaços criados para a produção de tapetes, vestimentas, bonecas, almofadas, massas, refeições, sorvetes, queijos, detergentes, água sanitária, bancos, chaveiros, jogos e outros objetos– constituíram, argumenta Arcoverde (1991), “estratégias” de criar expectativas de ocupação e geração de renda e, ao mesmo tempo e não menos importante, de promover a “paz social”, garantindo a acumulação global do capital nos domínios da produção e do consumo.

Ao mesmo tempo, a sociedade vinha retomando as suas práticas e experiências de associações de moradores visando à conquista de bens de consumo coletivo, na busca da melhoria das suas condições cotidianas de vida. Ela consegue ampliar o acesso a equipamentos e serviços urbanos, mas não conseguem ainda o acesso ao mercado formal do trabalho urbano (Castilho, 1999); os movimentos sociais urbanos territorializados tornam-se menos freqüentes como estratégias visíveis de integração socioespacial, notadamente ao longo dos anos noventa, fazendo com que os indivíduos movimentem-se procurando em outros espaços de referência –onde há atividades que possam integrá-los ao mercado do trabalho, nos “pólos terciários”– as suas chances de integração.

Ademais, nos dias de hoje, fica claro também que uma parcela significativa da sociedade não se contenta mais com o provimento daqueles cursos profissionalizantes tradicionais que só tinham a intenção de mantê-la numa sala de aula por um período determinado no sentido de suprir, mediante a pers-

pectiva da caridade, as suas necessidades imediatas. A busca é portanto por uma perspectiva muito mais ampla, fundamentada nos ideais de solidariedade e empreendedorismo.

Nos anos noventa, é, pois, a idéia do empreendedorismo urbano que se tenta colocar como alternativa à crise urbana. As elites locais passam a, mediante ações empreendedoras, elaborarem planos estratégicos para inserir a sua cidade na dinâmica da competitividade inter-urbana. Daí as ações voltadas para a revitalização de territórios urbanos visando à atração de atividades calcadas em serviços de lazer, entretenimento, turismo, tecnológicos através dos quais se tem vendido imagens de geração de trabalho e rendas.

Com os encaminhamentos na direção da implantação de um empreendedorismo urbano em Recife durante os anos 90, nada muda. Para o próprio Harvey (1996: 58).

Dado que o objetivo principal tem sido o ‘de estimular ou atrair empresas privadas através da criação de pré-condições para um investimento lucrativo’, o governo local ‘de fato acabou por sustentar a empresa privada, participando do fardo dos custos de produção’. Uma vez que o capital tende a ser mais móvel nos dias de hoje, segue-se que, ao mesmo tempo em que os subsídios locais para o capital provavelmente irão aumentar, a provisão local para os menos privilegiados irá diminuir, produzindo uma maior polarização na distribuição social da renda real. [...] Os tipos de emprego criado em muitas instâncias atuam igualmente contra toda mudança progressista na distribuição da renda, uma vez que a ênfase em pequenas empresas e na subcontratação podem ter efeitos secundários que encorajam diretamente o ‘setor informal’ como base para a sobrevivência urbana.

territórios 10-11

204

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

Além disso, temos de considerar que não se concretiza uma proposta de desenvolvimento socioespacial fundamentando-se em soluções tópicas e fugazes tais como revitalização de territórios, turistificação e criação de ocupações informais; representando isso tudo mais uma vez uma tentativa de iludir a sociedade vendendo um projeto de organização espacial que nunca se concretiza. Robert Castel (2000) chama a nossa atenção para a necessidade de se pensar e concretizar ações que ultrapassem a dimensão da mera inserção ao mercado de trabalho, levando as pessoas a conseguirem a sua integração (socioespacial) efetiva.

Para tanto, em vez de limitar-se a elaborar e implementar políticas compensatórias, cabe ao Estado o provimento de políticas sólidas e consistentes; pois somente assim, os grupos sociais pobres não ficarão apenas com as migalhas que sobram oriundas dos ciclos do crescimento econômico, podendo então conseguirem a sua integração socioespacial. Mas parece-nos que a sociedade brasileira vem percebendo o verdadeiro significado da proposta da cidade estratégica gerencial. Daí também decorrem soluções mais reais, a exemplo da demanda por cursos de qualificação, não mais somente para uma mera ocupação mediante a qual se consegue uma renda para manter a sua sobrevivência como aquelas vinculadas às UPCs; mas sobretudo para o exercício de uma profissão e/ou de uma atividade produtiva, ligadas aos espaços dinâmicos dos pólos terciários da cidade.

Nesse contexto o Governo Federal lança o Programa Capacitação Solidária/PCS e, em março de 2001, o novo Governo Muni-

pal lança a proposta de criação dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda/CPPTR. As duas propostas constituem pois, pelo menos em nível do discurso político-ideológico, duas tentativas elaboradas com a finalidade de promoverem a integração de pessoas ao mercado de trabalho na perspectiva da concretização do desenvolvimento socioespacial concreto. Mas qual delas possuem ou podem possuir as perspectivas reais de concretização deste desenvolvimento?

Ocupação ou trabalho? Crescimento econômico ou desenvolvimento socioespacial?

No contexto acima esboçado, tem-se notado que, em Recife, há ações (do Estado) no sentido da criação de mecanismos de promoção do crescimento de lucros das empresas. Estas calcadas em táticas de empreendedorismo urbano e de estímulo à competitividade econômica, mediante a revitalização, com base na turistificação de espaços (Castilho, 1999, 2000 e 2001a/b), protelando a resolução concreta da problemática social. Daí a necessidade de se continuar refletindo acerca das ações e experiências da formação socioespacial de uma sociedade na sua complexidade.

Refletir, portanto, sobre a integração dos pobres constitui hoje uma das condições *sine qua non* à concretização do desenvolvimento socioespacial¹⁰ de uma metrópole, na medida em que o trabalho tem adquirido uma dimensão social e econômica de grande complexidade no contexto

¹⁰ *Concordando com M. J. L. de Souza, compreendemos o desenvolvimento socioespacial [...] como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-temporais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva [exigindo] a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social. É evidente que, desse ângulo de abordagem, o crescimento econômico e o progresso técnico são totalmente insuficientes como parâmetros definitórios (podendo, até mesmo, ser antes parte do problema que da solução: pense-se, por exemplo, no crescimento que se dá à custa de taxas ascendentes de degradação ambiental ou no progresso técnico que se faz acompanhar por desemprego tecnológico e exclusão). (Souza, 2000, P: 18-19).*

¹¹ O trabalho enfrenta uma crise sem par, desde o início do intervencionismo estatal nos anos trinta; o que é consolidado pelo processo de destruição gradual do estatuto do trabalho. Nisso, o que fica patente, argumenta Pochmann (1997), é que esse processo contribui [...] mais para provocar a precarização das condições e relações de trabalho nas ocupações já existentes do que para a geração [como diz hoje o Governo Federal] de empregos regulares. [...] há um abandono das políticas ativas de regulação do mercado de trabalho e de fortalecimento da democratização das relações de trabalho. O autor também aponta outros problemas daí decorrentes: aumentos da jornada total de trabalho através do maior uso de horas extras, de ocupações sem registro e por conta própria que operam em geral com tempo de trabalho muito intenso; ausência dos sindicatos das decisões empresariais cruciais sobre o padrão de emprego e uso do trabalho (extensão da jornada de trabalho aos

territórios 10-11

206

histórico atual¹¹. Ademais, achamo-nos diante de um objeto de estudo bastante complexo, muito dinâmico e ainda pouco conhecido que possui forte repercussão sobre a vida social.

Em outras pesquisas já apontamos (Castilho, 2001) o crescimento, a expansão, a diversificação e a modernização das atividades de interesse do turismo em Recife, privilegiando apenas dois territórios do espaço urbano, bem como os grupos sociais já integrados e aqueles que têm condições efetivas de se integrarem ao sistema capitalista contemporâneo.

Posteriormente, Hazin, Oliveira e Medeiros (2000) dizem que há uma forte diferença entre o real e o ideal, ou seja, se por um lado as atividades em questão conhecem expressivo crescimento, por outro, não conseguem gerar empregos permanentes suficientes e de qualidade para a sociedade local. Analisando a situação dos trabalhadores na rede hoteleira local, essas autoras chegam à conclusão de que os empregos ali existentes são mal remunerados, e de que os trabalhadores possuem baixo índice de escolaridade/qualificação; o que tem levado a uma situação dada de insatisfação e, portanto, de alta rotatividade no emprego em hotéis e pensões. Isso nos desafia a refletir não somente sobre a qualidade dos serviços ofertados aos turistas como também acerca das condições no/do trabalho urbano contemporâneo como um entrave ao desenvolvimento socioespacial.

Com as representações socioespaciais do crescimento e a promessa de integração pelo acesso a um curso de formação profissional, o

Estado tenta, de qualquer maneira, como argumenta Dejours (2000), fazer com que os jovens acabem aceitando as tarefas polivalentes e mesmo a situação perversa da economia contemporânea sem regatear. Ademais, continua o autor (Ibidem: 52), dizendo que o

medo [de não conseguir integrar-se à economia urbana, neste caso] é permanente e gera condutas de obediência e até de submissão. Quebra a reciprocidade entre os trabalhadores, desliga o sujeito do sofrimento do outro, que também padece, no entanto, a mesma situação.

Como já mencionamos na seção anterior, há, em Recife, dentre tantas outras, duas propostas de ações voltadas para a integração de indivíduos ao mercado de trabalho urbano: uma já em implantação e outra em fase de implantação.

Em realidades socioespaciais como a do Recife, fica patente a necessidade de se refletir sobre as ações voltadas não somente à inserção ao mercado de trabalho, mas também, e antes de mais nada, à capacitação de pessoas; sendo esta uma condição exigida à inserção ao mercado de trabalho urbano e à integração socioespacial dos homens e das mulheres.

E isto porque faz-se expressivo o número de pessoas desocupadas e/ou vinculadas ao circuito inferior da economia urbana local; muitas vezes há até vagas disponíveis nas agências de emprego, mas essas vagas não podem ser preenchidas por pessoas que não possuem as qualificações exigidas pelo mercado. Daí a necessidade de remontarmos um pouco ao início da trajetória de vida dos pobres que tentam conquistarem o seu lugar na cidade.

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

O Programa Capacitação Solidária/PCS, programa do Governo Federal de caráter eminentemente compensatório, possui como objetivo a capacitação de jovens procedentes prioritariamente de bairros pobres da cidade para o desenvolvimento de uma atividade remunerada, contribuindo para o fortalecimento institucional e operacional das organizações da sociedade civil. Na prática, entretanto, vemos que, mediante este programa, há uma preocupação apenas com a realização de cursos e seminários visando ao aprimoramento de funções de coordenação ou gerência de projetos sociais, a exemplo dos cursos de “gestores sociais e planejamento e gestão de microempreendimentos”; o que não concretiza uma efetiva mobilidade socioespacial e, ao mesmo tempo, desarticula os movimentos sociais. O seu verdadeiro sentido acaba sendo o de dar mais uma vez uma solução simplista à questão da formação do trabalhador-cidadão, desviando as atenções para o problema da ineficácia do papel do Estado de promotor de um Estado social garantidor por exemplo de uma educação plena e integradora. Na Região Metropolitana do Recife/RMR o PCS tem o seu início (1998) com a aprovação de 124 projetos sobre um total de 634 apresentados pela sociedade. De acordo com o relatório final, o ano de 1999 foi considerado, pelo grupo que coordena o programa em nível nacional, como um ano fundamental em relação ao anterior, em função do número de projetos e de associações financiados pelas instituições envolvidas, bem como do contingente de alunos que foram capacitados. Contudo, há

uma forte distância entre as dimensões quantitativa, que respalda o referido programa, e a qualitativa, que mostra o seu verdadeiro papel na dinâmica social (entre o real e o ideal). Cabe então indagar para que e para quem serve essa capacitação?

Na sua maioria, os cursos que foram oferecidos, neste período, incluem-se nas áreas de construção civil, informática, artesanato, turismo/hotelaria e alimentação entre outros. Já conseguimos, numa pesquisa recente, entrevistar 15 pessoas¹² que os freqüentaram; os resultados desta entrevista não têm sido muito animadores: desse total apenas 04 pessoas conseguiram inserir-se em empresas ligadas aos setores de turismo/hotelaria e comercial, exercendo funções de digitadores (02), *barman* (01), recepcionista de hotel (01), porém sob padrões temporários e, muitas vezes, precários de trabalho¹³. O restante (11) continua sem nenhum emprego desde 1999, quando finalizaram o seu curso de capacitação, continuando a exercer pequenas atividades informais para se manterem economicamente.

Dentre aqueles que conseguiram integrar-se ao circuito formal da economia urbana local, nenhum dos entrevistados acha-se satisfeito, pois que:

O Governo Federal, através do PCS só nos ensinou um ofício para conseguir um lugarzinho numa loja, num hotel, restaurante ou escritório. Continuamos ganhando pouco [dois salários mínimos no caso] e sem condições de termos uma promoção porque só aprendemos a fazer uma tarefa [*barman*].

Antes eu ganhava muito mais no que fazia [não quis revelar a profissão anterior] do que

domingos no comércio varejista), sobre os contratos de trabalhadores com custos reduzidos e à margem do estatuto do trabalho (cooperativas de trabalho); e a maior autonomia de patrões na contratação de trabalhadores estimulada pela flexibilização do/no mercado de trabalho. Daí a necessidade de promover um processo de democratização no sistema de relações de trabalho no Brasil, o que, para nós, constitui um passo decisivo para o desenvolvimento socioespacial.

¹² A nossa pesquisa, financiada pelo CNPq, acha-se ainda na sua fase inicial, o que explica o fato de nos basearmos apenas em 15 entrevistas as quais só abrangem os cursos de informática e hotelaria/turismo; os cursos ligados aos setores que foram apontados como prioridades nos Planos Estratégicos das gestões municipais anteriores a 2001.

¹³ Os salários não satisfazem às necessidades gerais dos trabalhadores e, muitas vezes, eles têm que dar algumas horas a mais de trabalho e/ou desempenham outras tarefas sem receberem remuneração extra (ecletismo? polivalência?). Daí o desejo de mudar de posto de trabalho.

territórios 10-11

ganho agora. Só aprendi a fazer uma tarefa; fora isso [digitador] não sei fazer mais nada.

Aqueles que ainda não conseguiram, desde 1999, um trabalho, exercem ocupações informais. Estes, portanto, não estão nada satisfeitos com a sua situação, conseguem perceber que as escolas públicas não os qualifica para o trabalho, mas ainda acreditam na sua integração:

Não adiantou fazer curso nenhum, porque não consegui nada certo; faço um bico aqui, outro ali e não sei se terei alguma coisa para comer amanhã. Foi muita promessa que fizeram para nós, mas na realidade não saí da situação em que me encontrava quando fiz o curso oferecido pelo governo. O governo também não é tão culpado assim, sabe? Eu estudei em colégio público.

Programa Capacitação Solidária? O que é isto? Nada consegui depois que fiz o meu curso de digitador. Foi só promessa do governo. Além de tudo, não tenho o mesmo preparo que outros colegas meus tinham; sabiam ler melhor do que eu, sabiam fazer contas e até tinha um que sabia falar inglês.

Apesar de não ter conseguido nada até agora, acho que futuramente conseguirei alguma coisa, pois cada vez mais o comércio, o turismo e outros negócios estão crescendo na nossa cidade, não é?

Simultaneamente, esta situação reforça a fábula da globalização, descrita por Santos (2000) e, às vezes, impede o surgimento de propostas alternativas que mostrem também, e ao mesmo tempo, a sua perversidade e as suas possibilidades reais no sentido da construção de uma cidade mais justa.

Parece-nos que o discurso é mais forte do que a realidade, evidenciando que as verdadeiras intenções do Governo Federal consis-

tem em criar um discurso único —embora na realidade nunca exista um discurso único— para atenuar a flexibilidade exacerbada, a precarização e o agravamento da seletividade no mercado de trabalho urbano.

Os capitais material e sociocultural continuam desempenhando papel fundamental nesse processo de qualificação de pessoas, chegando mesmo, na sua ausência, a limitar o acesso a um desses cursos, na medida em que, para se conseguir uma vaga num deles, os candidatos têm de submeterem-se a testes de admissão, notadamente em razão da forte demanda por esses cursos, a qual cada vez mais se torna maior.

Na ausência dos capitais material e sociocultural, fica fácil também fazer valer mais uma proposta tênue e fugaz que, sem discernimento do seu verdadeiro sentido, em vez de qualificar pessoas para se tornarem microempreendedores e/ou trabalhadores efetivos, acabam oferecendo mais um paliativo aos deserdados

Conceptualmente hablando, la microempresa no debe ser confundida con un tipo singular de unidad económica que se denominó en su momento la 'organización económica popular', es decir aquélla cuya función era el simple ejercicio de actividades de subsistencia de períodos anteriores. La diferencia fundamental es que la microempresa [e aqui acrescentamos o trabalho], pretende afirmarse como proyecto económico viable y que la actividad de subsistencia funda su razón de ser en consideraciones más bien de índole coyuntural. Si la primera se apoya en criterios crecientes de racionalidad económica, la segunda integra criterios de gestión válidos para la satisfacción de necesidades inmediatas de segmentos de la población (Baeza e Rojas, 1996: 80).

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

A meta dessas ações está nos jovens “desocupados e sem qualificação” pois que, como diz a maioria dos responsáveis pelos cursos do PCS, “jovens ocupados não ficam nas ruas fazendo arruaças”; o que fica mais patente em contexto de agravamento da violência urbana.

Por esse motivo há também uma necessidade do Estado de fazer-se presente em lugares pobres, espacializando as suas Organizações Capacitadoras/OC em parceria com a sociedade civil. Num primeiro cartograma que estamos elaborando, vê-se que as OC estão presentes nos lugares dos pobres (Centros Sociais Urbanos, Conselhos de Moradores, Sindicatos, Igrejas etc.), obedecendo ao critério da proximidade geográfica e/ou alhures, obedecendo ao critério da centralidade. Para muitos indivíduos dos meios populares, este último critério ainda apresenta dificuldades quanto ao acesso dos seus frequentadores dado que as pessoas que moram em bairros mais distantes com relação àqueles do centro – e não são poucas – não possuem todos os dias condições materiais para se deslocarem até às OC.

Analisando a localização de muitas das iniciativas atreladas a esse programa, nota-se o quanto o espaço local é importante. No seminário sobre a microempresa popular urbana e suas relações com o desenvolvimento local (Medeiros e Silva, 2001: 143), chegase a assumir que

O espaço local é por excelência o lugar de expressão da vida, onde se gesta a solidariedade, fruto da convivência humana cotidiana dos vizinhos, da comunidade e da proximidade territorial. Nas grandes metrópoles estas expressões são descarac-

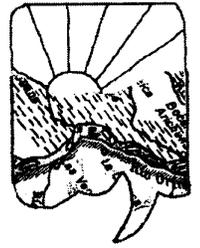
terizadas. A vida das pessoas no espaço local cria redes e tecidos sociais e econômicos que se imbricam e se interrelacionam, daí porque não se pode mais pensar as estruturas e os modelos de forma vertical e burocrática.

Também se admite, nesta análise, o espaço local como uma dimensão que possui ao mesmo tempo a possibilidade da mudança social, na medida em que afirmam que

A realidade exige um repensar mais ousado, que horizontalize os processos decisórios e de controle social. Quanto maior o controle social das políticas e dos programas pelos cidadãos, maior a transparência da informação e maior a possibilidade de resultados de impacto. Dessa forma, o espaço local reúne condições para que se possa construir uma gestão democrática com controle público. O Estado pode passar a ter também uma governabilidade pública, menos estatal e menos privada. Nesse espaço, pode-se exercer o ideário de um Estado mais próximo da sociedade.

Mas o Governo Federal, mediante programas compensatórios do tipo PCS, está utilizando o espaço apenas para se fazer presente garantindo a permanência do seu projeto de sociedade. Os cursos são pontuais e intermitentes conforme a lógica da flexibilização, oferecendo soluções tópicas e assistencialistas para fins pragmáticos político-eleitoreiros. Por outro lado, em entrevistas com alguns dos coordenadores dos cursos financiados por esse programa, nota-se que muitas vezes os responsáveis pelos cursos acabam, nos seus lugares de ação, passando para os alunos uma sensação de satisfação para com o programa.

Em face do acima exposto, sentimos a necessidade de formular e levar propostas al-



¹⁴ Os primeiros Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda foram criados/implantados em Tejiptio e Casa Amarela, dois bairros com os seus respectivos entornos situados à proximidade dos lugares onde há uma forte concentração de grupos sociais pobres e jovens.

¹⁵ Os cursos que esses centros pretendem oferecer são aqueles ligados às áreas de: informática básica, manutenção de microcomputador, manutenção de eletrodomésticos, gestão empreendedora, pintor imobiliário, assentador de forro de gesso, montador de parede de gesso, aplicador de revestimento de gesso, bombeiro, electricista instalador predial, políticas públicas e desenvolvimento social e serigrafia.

¹⁶ Os Observatórios possuíam como objetivo principal o melhor conhecimento dos mecanismos do mercado de trabalho para conseguir uma melhor planificação dos fluxos e a adaptação dos recursos humanos às necessidades de produção da economia, cumprindo com a função de estudo e análise. Na

territórios 10-11

210

ternativas de promoção da efetiva integração socioespacial dos pobres, nos seus próprios lugares de existência, estimulando-os à participação efetiva nas decisões que lhes concernem. Sem essa proximidade geográfica não somente quantitativa mas qualitativa, não se pode democratizar o acesso à vida urbana.

Com base em experiências territoriais¹⁴, continua-se portanto a pensar em alternativas ao PCS. No que tange à proposta de criação dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda/CPPTTR, ainda em processo de discussão e implantação intermediado pela equipe do prefeito João Paulo/PT, podemos avançar que a criação desses centros pretende, articulado com outros projetos de inclusão social e desenvolvimento da auto-estima dos cidadãos, construir alternativas concretas de geração de trabalho e renda; promovendo o desenvolvimento integral através do aprendizado ativo e compartilhado, com base na cultura como ferramenta de integração do conhecimento, do trabalho e da cidadania (Recife, 2001)¹⁵.

Os instrumentos estratégicos do CPPTTR são os seguintes: (a) observatório da situação de emprego, geração de trabalho e renda e formação profissional, constituindo um espaço de pesquisa, investigação e discussão sobre emprego e desemprego, um ambiente de estudos socioeconômicos para propor políticas públicas de trabalho e renda e refletindo sobre novas possibilidades; (b) laboratório de socialização e sistematização de metodologia e desenvolvimento tecnológico, como instrumento de sistematização, elaboração e

publicação de metodologias voltadas para uma nova prática educativa, propondo-se também ser um espaço de incubação de novos empreendimentos e desenvolvendo tecnologias adequadas às demandas da economia local. (Idem)

No processo de discussão da proposta para a criação dos centros públicos, discute-se outras experiências com base em posturas teórico-metodológicas sensíveis à articulação da questão do trabalho com a da cidadania. Dentre tais experiências, destacam-se aquelas que deram/estão dando certo em outros lugares, na Europa¹⁶ e no Rio Grande do Sul¹⁷.

Interessante se faz considerar que essas propostas contrapõem-se portanto à idéia tradicional de diagnóstico (“monólogo construído por alguém que está afastado da situação, encerrado na sua própria visão de mundo que o rodeia”), propondo a realização de uma apreciação situacional, ou seja, o estabelecimento de um “diálogo entre um ator e os outros atores, cujo relato um dos autores assume de modo inteiramente consciente do texto e do contexto situacional que o torna coabitante de uma realidade conflitiva que admite outros relatos”.

Sugere-se que se faça, em suma, um “monitoramento”, rastreamento dos problemas, sua identificação e lançamento em um sistema de mapeamento de problemas; “exploração”, explicação mais articulada possível do problema, identificando os elementos que possam apoiar a tomada de decisão; “análise”, quando se pretende explicitar o campo complexo que envolve a explicação do problema; “elaboração da proposta de

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

solução”. Contudo esses quatro momentos são, ao mesmo tempo, autônomos em termos de objetivos e métodos e articulados como percurso metodológico de construção da complexidade de um problema buscando tomar decisões e elaborar conscientemente propostas de ação no sentido da mudança social. Esses elementos acham-se portanto visivelmente presentes nas discussões e nos debates com vistas à elaboração do projeto para a criação dos CPPTR, indicando portanto uma via alternativa ao programa compensatório do Governo Federal. É portanto colocando a formação da cidadania acima de tudo que se vislumbra a possibilidade do desenvolvimento socioespacial, visto que este é um processo muito mais complexo e abrangente do que simples e setorial. Nesse sentido, diz Cocco (2000) que, nos nossos dias, devido às transformações no mundo do trabalho, “não é mais a inserção produtiva que legitima a cidadania, mas esta última que torna possível a inserção produtiva”; entendendo esta inserção produtiva não somente como aquela que se refere ao setor produtivo da economia urbana, mas também àquela das atividades ligadas aos serviços e à própria vida na cidade. Diante do exposto, convém justificar que se faz necessário, quando se estuda o papel do PCS no processo de produção do espaço que era o foco central inicial da nossa pesquisa, considerar também, como contraponto, o papel também dos CPPTR, em processo de construção e implantação, mediado pelo Partido dos Trabalhadores. Isto porque esta proposta poderá constituir uma alternativa à gestão municipal de políticas urbanas onde

as questões do trabalho e cidadania também devem ser efetivamente pensadas na sua complexidade.

É no diálogo com os atores (e/ou agentes?) socioespaciais envolvidos com a criação desses centros que vislumbramos a possibilidade de construirmos, juntos com outros setores da sociedade, não somente táticas mas também estratégias para desmontar o discurso único neoliberal, promovendo o real desenvolvimento socioespacial. Isso sem descuidarmos dos problemas que o processo de construção desses centros públicos podem engendrar, pelo fato de não ser linear mas dialético: tensões/conflitos existentes no interior da máquina político-administrativa do Estado (resistências à mudança efetiva), divergências entre o setor público e o terceiro setor, preocupação predominantemente com a reeleição e sobretudo a ausência de uma participação efetiva dos grupos sociais para os quais se dirige esta alternativa.

Acreditamos que, uma das soluções para a concretização do desenvolvimento socioespacial reside justamente na execução de uma proposta autonomista da gestão e do planejamento urbanos. Nesse sentido, Souza (2002: 525), fundamentando-se em idéias do filósofo Cornelius Castoriadis, afirma que

Ao abraçar uma perspectiva autonomista, cumpre descentralizar radicalmente a própria idéia de planejamento e gestão urbanos, o que vale não apenas para uma sociedade, basicamente autônoma, mas para orientar o caminho nessa direção em meio a uma sociedade heterônoma: não apenas o Estado deve planejar e gerir, se bem que, em nossa sociedade, a prerrogativa de criar, sancio-

atualidade, a intervenção das administrações públicas no mercado de trabalho se dá no sentido de torná-lo mais transparente para que os atores possam tomar as decisões de modo mais apropriado aos seus interesses. Além disso, esses observatórios, têm-se constituído em redes de informações, conhecimentos e análises do mercado de trabalho, aproveitando-se das sinergias dos atores; possuem, em outras palavras, uma função de antecipação das tendências de evolução do mercado de trabalho, coordenando os fluxos de informação a fim de facilitar a tomada de decisões pela própria sociedade.

¹⁷ Nas Diretrizes para a Proposta Metodológica do Observatório do Trabalho do governo do estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, s/d), numa perspectiva semelhante à proposta anterior, destacamos: o mapeamento e a identificação dos problemas; a compreensão do problema; a geração de um arquivo de acompanhamento, por cada problema, permitindo a sofisticação da sua análise; a estruturação de um

territórios 10-11

cadastro de variáveis e fontes; o estabelecimento de parcerias com as entidades produtoras de informação, com recortes setorial, regional e temático; o envolvimento dos técnicos que assessoram os diferentes atores sociais na produção do estudo; o fato de propiciar espaço à proposição de alternativas ao enfrentamento do problema, bem como o conhecimento de outras experiências; e fundamentar-se no conhecimento acumulado pelos especialistas e tendo em vista o encurtamento dos caminhos para o atendimento dos problemas.

territórios 10-11

212

nar e aplicar as leis formais, de realizar intervenções no espaço 'público', de regular as atividades dos agentes privados e 'garantir a lei e a ordem'. Grupos da sociedade devem buscar qualificar-se e organizar-se para planejar e gerir seus espaços (seus destinos), às vezes com o Estado (pressionando-o e conquistando parcerias autênticas e delegação de poder), às vezes à revelia do Estado e, muitas vezes, contra o Estado, resistindo

Dessa forma, estaremos cumprindo com o nosso papel de geógrafo (urbano) num mundo em mutação, o qual não pode mais se restringir, como argumenta Smith (1995), à coleta e à coordenação de grandes quantidades de dados detalhando-os e apresentando-os sistematicamente; mas também, e concomitantemente dizemos nós, considerando "como as cidades deveriam ser organizadas, como os problemas urbanos são definidos e qual a forma a ser adotada pelas políticas urbanas". Desse modo, buscamos recuperar a dimensão ativa da Geografia, isto é, aquela que pretende contribuir para, de maneira mais atuante, apontar caminhos à mudança social.

Bibliografia

- Arantes, Otília Beatriz Fiori, 2000, "Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas". In: Arantes, Otília; Vainer, Carlos e Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- Arcoverde, Ana Cristina Britto, 1991, *Une alternative à l'exclusion sociale? Unités productives communautaires à Recife/*

Brésil (1979-1985). Tese (Doutorado em Géographie, Aménagement du Territoire et Urbanisme), Université Paris III – Sorbonne-Nouvelle.

Avila, Célia M. de, 1999, *Programa capacitação solidária: concepção e sistema operativo básico*. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária/AAPCS.

_____, 2000, *Gestão de projetos sociais*. São Paulo: AAPCS.

Bacza, Manuel Antonio e Rojas, Paul Vallejos, 1996, *Perfiles de microempresarios de la provincia de Valparaíso*. Un estudio sociológico cualitativo. Valparaíso: Cccap.

Bitoun, Jan, 2000, "Regulamentação e dinâmica das localizações comerciais no Recife (Brasil)". *Revista de geografia*, Recife, v.16, n.1, jan./dez.

Bourdieu, Pierre, 1998, *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

Castel, Robert, 2001, *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.

Castells, Manuel, 1999, *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castilho, Cláudio Jorge Moura de, 1992, "A organização espacial da rede de ensino público municipal do município do Recife". 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia), Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco.

_____, 1998, "As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma nova

CLÁUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO

- perspectiva para a análise geográfica?” *Revista de geografia*, Recife, v.14, n.1/2, p.29-89, jan./dez.
- _____, 1999, “A turistificação do espaço da cidade do Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local”. *Espaço e geografia*, Brasília, ano 3, n.1, p.161-176.
- _____, 2000, “O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: da formação de representações socioespaciais à manutenção da ‘ordem’ socioterritorial em Recife”. *Revista de geografia*, v.16, n.1, jan./dez.
- _____, 2001a, *Tourisme et mobilité socio-géographique des pauvres à Recife/Brésil*. Lille: Presses du Septentrion.
- _____, 2001b, “Comércio e turismo: o seu reatamento no processo de produção do espaço em Recife”. *Revista de geografia*, Recife, v.17, n.2, p.05-25, jul./dez.
- Cézar, Maria do Céu, 1985, “As organizações populares do Recife: trajetórias e articulação política”. *Caderno de estudos sociais*, Recife, v.1, n.2, p.161-182, jul./dez.
- Cocco, Giuseppe, 2000, *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez.
- Dejours, Christophe, 2000, *A banalização da injustiça social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Donaire, José António, 1998, “La geografía del turismo después del fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales”. *Sociedade e território- revista de estudos urbanos e regionais*, Lisboa, 28, p.55-68.
- Harvey, David, 1992, *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____, 1996, “Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. *Espaço e debates*, São Paulo, ano XVI, n.39, p.48-64.
- Hazin, Ana Lúcia; Oliveira, Cleide de Fátima Galiza de; e Medeiros, Rejane, 2000, *Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal*. Recife: Fundaj/Unicap.
- Homs, Oriol, 2001, *Una nueva generación de observatorios del mercado de trabajo*. Barcelona: Fundación Cirem (mimeo).
- Lefebvre, Henri, 1999, *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Maricato, Ermínia, 2000, “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil”. In: Arantes, Otilia, Vainer, Carlos & Maricato, Ermínia. *A cidade e o pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- Medeiros, Alzira & Silva, Neide (orgs.), 2001, *Os MEPUs e o desenvolvimento local*. III taller permanente Brasil. Recife: Provisual – Gráfica Editora.
- Pochmann, Márcio, 1997, *A destruição gradual do estatuto do trabalho*. www.eco.unicamp.br/artigo76.htm, capturado aos 12/06/97.
- Recife, 1997, *Recife em números*. Recife: Prefeitura do Recife.
- _____, 2001, *Centro público de promoção do trabalho e renda*. Recife, Prefeitura

- ra do Recife/Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
- _____, s/d, *Centro público de promoção do trabalho e renda*. Recife, Prefeitura do Recife/Secretaria de Desenvolvimento Econômico (panfleto de propaganda).
- Rio Grande do Sul, 2001, *Observatório do trabalho do Rio Grande do Sul*. Dieese (mimeo).
- Santos, Milton, 1990, "A metrópole: modernização, involução e segmentação". In: Valladares, Licia e Preteceille, Edmond. *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/Iuperj.
- _____, 2000, *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
- Singer, Paul, 1977, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Nacional.
- Smith, Susan J, 1996, "Geografia urbana num mundo em mutação". In: Gregory, Derek; Martin, Ron & Smith, Graham. *Geografia humana*. Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Souza, Marcelo José Lopes de, 1999, "Como pode o turismo contribuir para o turismo local?" In: Rodrigues, Adyr Balastrieri. *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- _____, 2002, *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Vargas, Heliana Comin, 2000, "O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana". *Geosp*, São Paulo, p.77-87.
- Zanchetti, Silvio Mendes, 1990, "Distribuição das atividades econômicas no espaço urbano do Recife: 1850-1881". *Espaço e Debates*, Revista de estudos regionais e urbanos, ano X, n. 29, p.42-53.

